

## Requerimento de Comissão

REQ **1975/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, combinado com o art. 48, inc. II do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Prefeitura de Belo Horizonte, na pessoa do Prefeito Fuad Noman e à Secretaria Municipal de Fazenda, na pessoa do Secretário Leonardo Colombini, pedido de informação sobre as taxas Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento (TFLF) e Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) cobradas no município.

Nesse sentido, solicitamos ao Executivo o envio dos seguintes dados dos últimos 3 anos, 2020, 2021 e 2022:

1. A tabela de cobrança das referidas taxas, em formato aberto e editável, com as seguintes informações:

- a) Nome do estabelecimento;
- b) Qual a taxa referida (TFLF ou TFS)
- c) Ano da cobrança;
- d) Área do estabelecimento (m²);
- e) Valor da taxa (R\$);
- f) Subclasse do CNAE;
- g) Descrição da atividade (CONCLA)

PROTOCOLIZADO  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 06/12/2022  
HORA: 10:20:02

Assim, cabendo a essa Casa Legislativa o poder de fiscalização e controle dos atos da Administração Pública, bem como incentivar o ambiente econômico da cidade, as informações requeridas tornam-se imprescindíveis para o devido esclarecimento e estudos.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2022.

MARCELA DE  
LACERDA  
TROPIA:1239328  
3625

Assinado de forma  
digital por MARCELA DE  
LACERDA  
TROPIA:12393283625  
Dados: 2022.12.06  
09:17:40 -03'00'

**Vereadora Marcela Trópia  
NOVO**

---

Ao Senhor  
Vereador Professor Claudiney Dulim  
Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 06/12/2022 13:22:39 UTC  
**Versão do software** 2.10

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** 02\_12\_2022 - Req. informações -  
Comissão de Orçamento\_TFLF e TFS  
Assinado.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 427496fc36309849638e012ea203eb8a  
cf11d2ba855cbd616c75e37ee32bdb6e  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ Assinatura por CN=MARCELA DE LACERDA  
TROPIA:\*\*\*932836\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,  
OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o  
padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** December 6, 2022 at  
12:17:40 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

06/12/2022

Modo escuro ☐

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 295/2022

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 2º TURNO

Relatório

O Projeto de Lei nº 295/2022, publicado em 28/03/2022, "*Garante o direito de meia-entrada às pessoas que comprovarem a condição de doadores de sangue*".

O projeto de lei de autoria do ilustre Vereador **Ciro Pereira**, encontra-se em segundo turno de tramitação, oportunidade em que está sendo analisada a **Emenda Substitutiva Nº. 01** ao Projeto de Lei nº 295/2022.

Em segundo turno, a Emenda Substitutiva nº 01 ao projeto de lei já passou nas seguintes comissões:

- Comissão de Legislação e Justiça com parecer favorável pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, aprovado e publicado em 31/08/2022.

- Comissão de Saúde e Saneamento, como Relator Vereador **Bim da Ambulância**, pugnou pela aprovação da Emenda Substitutiva nº 01, sendo publicada em 28/09/2022.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 01/12/22  
HORA 10:38:34



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

- Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, como Relatora a Vereadora Flávia Borja, cujo parecer foi pela aprovação da Emenda Substitutiva nº 01, publicada em 10/11/2022.

Em 11/11/2022, fui designada como Relatora na Comissão de Orçamento e Finanças, pelo presidente da Comissão, vereador Professor Claudiney Dulim.

Tudo examinado, passo à **fundamentação** do meu parecer e voto.

## Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que cabe à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas o exame das proposições nos exatos termos do art. 52, inciso III, "b" e "c", e "g" do *Regimento Interno*, sobre:

- b) repercussão financeira das proposições;*
- c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.*
- g) atuação do poder público na atividade econômica;*

### 1- Da Repercussão Financeira da Proposição:

Inicialmente, na perspectiva do nobre Vereador **Ciro Pereira**, autor do PL 295/2022 cujo objetivo é garantir aos doadores de sangue o direito de meia-entrada aos estabelecimento cultural e de lazer, no Município de Belo Horizonte.

Ademais, estabelecimentos como hospitais, clínicas, laboratórios e demais entidades autorizadas pelo Poder Público serão competentes na emissão do comprovante



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

gerador da carteira de doador.

Nesse compasso, corroborando para que esse direito não esbarre nos de terceiros e venha prejudicar, nem tampouco pesar aos cofres públicos, o percentual indicado é que nunca seja superior a 2% (dois por cento) do total de ingressos disponibilizados durante o evento. Sendo imprescindível que o nome do doador conste, no mínimo 03 (três) vezes no quadro de doadores em um período de até 12 (doze) meses.

Em análise, a Emenda Substitutiva nº 01/2022 ao Projeto de Lei em pauta, orientasse a vigor com a seguinte redação:

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 1º do Projeto de Lei nº 295/2022:

**Art. 1º (...) §1º - A comprovação de doador de sangue será feita por meio da apresentação de documento expedito pela entidade coletora e de um documento de identidade oficial válido, nos termos do que dispõe o art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.**

Consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seus artigos, 15, 16 e 17, trata de renúncia de receita ou geração de despesas: Vejamos:

**Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.**

**Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

**I - estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;**

**II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.**

**Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.**

Pelo exposto acima, percebe-se que a **Emenda Substitutiva 01** não estão em desarmonia com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que não gera despesas ou obrigações de natureza tributária ao município de Belo Horizonte, e sobretudo, por estar dentro do âmbito da fiscalização existente.

Ademais, a emenda ao projeto de lei, não inova nem tampouco majora os recursos já empreendidos pela Câmara Municipal, apenas, sim, confirmam as leis, os programas, os direitos dos cidadãos, sobretudo, valorizando os cidadãos de maneira digna e merecedora.

Nesse sentido, os recursos que serão utilizados para o alcance da consecução do objeto são respaldados pela legislação municipal em vigor, já existentes, sem prejuízos para os cofres públicos. Logo, a Emenda Substitutiva nº 01, alinha com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e plano diretor, sobretudo, sem interferência do poder público na atividade econômica; não restando impedimentos.

Portanto, não vislumbro óbices à aprovação da **Emenda Substitutiva nº 01** na Comissão de Orçamento e Finanças.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## 2 – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, senhores Membros da **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas**, opino pela Aprovação da **Emenda substitutiva nº 01** do Projeto de Lei 295/2022.

MARILDA DE CASTRO

PORTELA:008215086

95

Assinado de forma digital por  
MARILDA DE CASTRO  
PORTELA:00821508695  
Dados: 2022.11.30 15:46:40 -03'00'

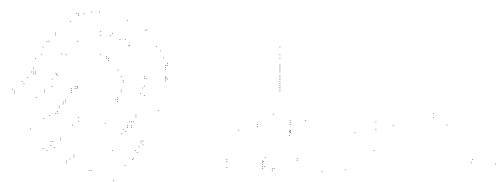
**MARILDA PORTELA**

**VEREADORA**

**CIDADANIA**

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2022.





[INÍCIO](#)   [TERMOS DE USO](#)   [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 01/12/2022 13:42:56 UTC  
**Versão do software** 2.10

▼ Informações do arquivo

<b>Nome do arquivo</b>	Parecer Projeto de Lei 295.2022 segundo turno aprovação assinado.pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	84248543c371cc38b71e078625d4de09f37bdbedcbfaa6e7bc2abac0c451b42b
<b>Tipo do arquivo</b>	PDF
<b>Quantidade de assinaturas</b>	1

▼ Assinatura por CN=MARILDA DE CASTRO  
PORTELA:\*\*\*215086\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial,  
OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	November 30, 2022 at 6:46:40 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos



Modo escuro ☐



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Governo

OF. GAB-SMGO/ N° 3828 / 22

Belo Horizonte, 23 / 11 / 2022

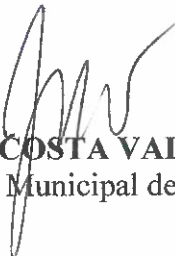
Senhora Presidente,

Recebemos a Indicação nº 232/2022, de autoria do Vereador Bruno Miranda, sugerindo ao Executivo as Sugestões Populares nº 2 e 3 apresentadas ao Projeto de Lei 435/22 (PLOA/2023) e ao Projeto de Lei 436/22 (Revisão do PPAG para 2023-2025).

Segue, anexa, resposta da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamentos e Gestão – SMPOG.

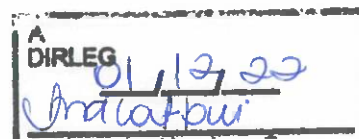
Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

  
**JOSUÉ COSTA VALADÃO**  
Secretário Municipal de Governo

-30-Nov-2022-10:46-001353-3/3

PRESIDENCIA



CHBH\_DIRLEG-01/dez/22-15:58:12-008241-1

À Exma. Senhora  
**Presidente Vereadora Nely Aquino**  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**Ofício GAB-SMPOG – Nº 324/2022**

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2022.

Senhor Secretário,

Com os nossos cumprimentos, em atenção a Indicação nº 232/2022, apresentado pelo Vereador Bruno Miranda, que “contém as sugestões populares apresentadas por cidadãos ao Projeto de Lei 435/22 (PLOA/2023) e ao Projeto de Lei 436/22 (Revisão do PPAG para 2023-2025)”, encaminhamos a V.Sa. resposta nos termos da Nota Técnica Nº 054/22, elaborada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

JEAN MATTOS DUARTE  
(06879745695)  
AC VALID RFB v5  
Em Segunda-feira, 21 de  
Novembro de 2022 às 15:37



**JEAN MATTOS DUARTE**  
Secretário Municipal Adjunto de Planejamento, Orçamento e Gestão

Ao Senhor  
**JOSUÉ COSTA VALADÃO**  
Secretário Municipal de Governo  
BELO HORIZONTE – MG



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão  
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

## NOTA TÉCNICA Nº 054/22

Belo Horizonte, 18 de novembro de 2022

Em resposta ao Of. Dirleg nº 5.361/22, que faz referência à Indicação nº 232/22, que contém as sugestões populares apresentadas por cidadãos ao Projeto de Lei 435/22 (PLOA/2023) e ao Projeto de Lei 436/22 (Revisão do PPAG para 2023-2025), seguem as nossas considerações.

Informamos que as referidas sugestões populares elencadas na Indicação nº 232/22 serão devidamente encaminhadas pela SUPLOR/SMPOG, aos órgãos da administração direta e indireta da PBH referenciados nas Áreas de Resultado, para que avaliem em relação à pertinência com o Plano de Metas e à viabilidade técnica e orçamentária para inclusão nos próximos instrumentos de planejamento municipais, considerando o interesse público, as prioridades, os princípios da eficiência e efetividade, e garantindo o processo de participação popular no âmbito das políticas públicas municipais.

São essas as nossas considerações.

Denise Rezende Barcellos Bastos  
Diretora Central de Planejamento - DIPL

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SUPLOR  
Av. Augusto de Lima, 30 – 11º andar – Centro – CEP 30.190-001 – Belo Horizonte – MG  
Telefone: 55xx31 3277 1958 – email: [suplor@pbh.gov.br](mailto:suplor@pbh.gov.br)

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Hash da assinatura: 1A1EB4E0C8E150FADDE22B867A81668783671410 - Para validar o documento acesse [assinaturadigital.pbh.gov.br](http://assinaturadigital.pbh.gov.br)

## Nota Técnica 054 Ref Indicação 232\_22\_sugestões populares PLOA 23 e PPAG.

AVULSOS DISTRIBUÍDOS  
Em 01 / 12 / 2022  
Daniela  
Responsável pela distribuição

